



**PROJETO DE LEI N° , DE 2021**  
(Do Sr.ALEXANDRE FROTA)

Altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código tipificar qualificadora do crime **de denunciação caluniosa** em razão a raça, cor etnia, **orientação sexual**, religião ou procedência nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal para tipificar a forma qualificada do crime de denunciação caluniosa em razão a raça, cor etnia, **orientação sexual**, religião ou procedência nacional.

Art. 2º O art. 339 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 –Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“ Denunciação caluniosa

Art. 339. Dar causa à instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato improbo de que o sabe inocente

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.

§ 1º - A pena é aumentada de sexta parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.

§ 2º - A pena é diminuída de metade, se a imputação é de prática de contravenção.

§ 3º - **A pena é aumentada até o dobro se a conduta do agente é realizada em razão da raça, cor etnia, orientação sexual, religião ou procedência nacional.” (NR)**

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.





## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição visa alterar o Código Penal para tipificar a forma qualificada da pessoa que comete o crime de denunciação caluniosa em razão a raça, cor etnia, **orientação sexual**, religião ou procedência nacional.

O Crime de denúncia caluniosa é causado quando qualquer pessoa, aciona indevidamente ou movimenta irregularmente a máquina estatal de persecução penal (Ministério Público, Delegacia, Fórum etc) fazendo surgir contra alguém um inquérito ou processo imerecido de forma maldosa, maliciosa, até mesmo ardilosa sobre o fato não ocorrido ou praticado por outra pessoa.

A presente proposição visa apresentar a forma qualificadora quando o agente tenta induzir erro a autoridade e a leve a outro crime que sabe que não ocorreu em razão de sua raça, cor, orientação sexual, religião ou procedência nacional.

Precisamos urgentemente acabar com o ódio aos pobres, ao racismo estruturante, a orientação sexual, a religião ou procedência nacional que está infundido em muitos locais na sociedade.

Diante do exposto, conclamo aos Nobres Pares que apoiem este Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 11 de fevereiro de 2021.

Alexandre Frota  
Deputado Federal  
PSDB/SP